

Lewandowski mantém quebra de sigilos de assessor presidencial

12/07/2021

Está mantida a quebra de sigilos telefônico e telemático do assessor da Presidência da República José Matheus Salles Gomes requerida pela CPI da Covid. No entanto, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, impediu acesso aos dados de geolocalização do assessor. A decisão foi tomada em despacho divulgado nesta segunda-feira (12/7).

O acesso de dados de geolocalização de investigados não é permitido pelo STF porque é objeto de debate no RE 1.301.250 RG/RJ, de relatoria da ministra Rosa Weber, que teve repercussão geral reconhecida (tema 1.148) em 7 de junho último, o qual ainda não foi submetido a julgamento na corte.

Nelson Jr./SCO/STF



Lewandowski mantém quebra de sigilo de assessor presidencial de Bolsonaro
Nelson Jr./STF

Este processo diz respeito às investigações sobre a morte da vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes. O Google entrou com ação contra decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que autorizara a quebra de sigilos de pessoas que fizeram pesquisas sobre o nome da vereadora assassinada dias antes do atentado que lhe custou a vida.

O ministro Lewandowski, contudo, concordou com a quebra dos demais sigilos de Gomes. A justificativa apresentada para a quebra dos sigilos pela CPI mostra que o assessor, na qualidade de integrante do "gabinete do ódio", propalava "a utilização de medicação sem eficácia comprovada e apoiava teorias como a da imunidade de rebanho, o que se vincula, diretamente, aos objetivos da CPI da Pandemia e ao objeto investigado".

Gabinete do ódio é a denominação dada a um grupo de assessores da Presidência da República, com gabinetes dentro do Palácio do Planalto, ligados ao vereador Carlos Bolsonaro, filho de Jair Bolsonaro, e que, supostamente, age para veicular notícias falsas usando as redes sociais. Estes assessores, junto com parlamentares bolsonaristas, são investigados em inquérito aberto pelo ministro Alexandre de Moraes para apurar a propagação de fake news.

Lewandowski menciona inquérito da Polícia Federal no qual Gomes é citado juntamente com Mateus Matos Diniz e Tercio Arnaud Tomaz, os dois também assessores especiais da Presidência da República, como os principais integrantes do chamado "gabinete do ódio". "Esse 'gabinete' coordena nacional e regionalmente a propagação dessas mensagens falsas ou agressivas, contando para isso com a atuação interligada de uma grande quantidade de páginas nas redes sociais, que replicam quase instantaneamente as mensagens de interesse do 'gabinete'", diz a decisão do ministro.

E prossegue: "muito embora o impetrante alegue que não tenha sido sequer convocado para depor na comissão, destaco que tal condição não configura pressuposto para inviabilizar a quebra dos sigilos determinados pelos parlamentares, nem constitui requisito para idêntica diligência no âmbito judicial". "Portanto, demonstrados presentes os elementos



legalmente autorizadores da medida adotada *in casu*, não há determinação legal a impor prévia oitiva do investigado para que possa ela ser adotada legitimamente, observadas as disposições da Lei 1.579/1952, que rege a matéria."

Clique [aqui](#) para ler a decisão
Medida cautelar em Mandado de Segurança 38.061

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2021-jul-12/lewandowski-mantem-quebra-sigilos-assessor-presidencial/>